



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Novo Progresso



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023) ..	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Novo Progresso (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza manteve relativa estabilidade em todos os três níveis territoriais. Novo Progresso oscilou levemente entre 28% e 27%, enquanto a Região de Integração (RI) do Tapajós permaneceu em torno de 40%, e o estado do Pará variou entre 42% e 41%. Esse comportamento sugere um cenário de estagnação nos avanços em redução da pobreza nesse período, possivelmente influenciado pelas dificuldades econômicas e sociais impostas pela pandemia da COVID-19 (Gráfico 1).

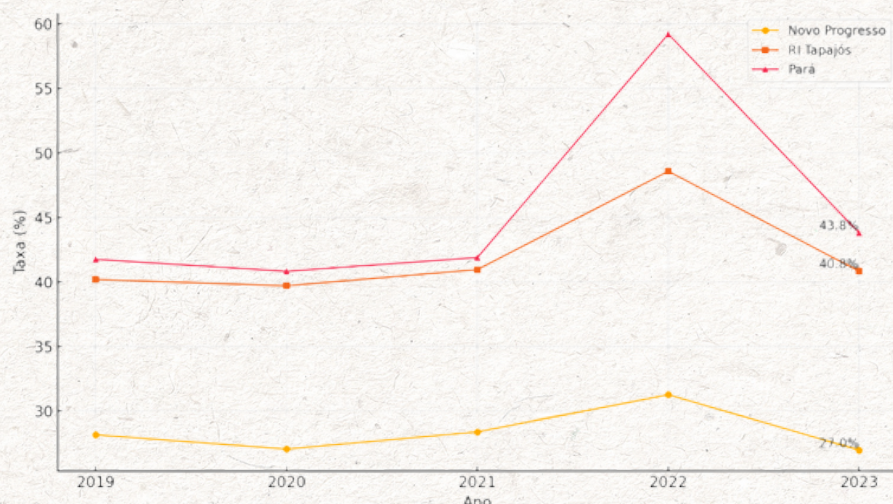
O ano de 2022 marcou um pi-

co expressivo da pobreza, sobretudo em nível estadual, com o Pará alcançando aproximadamente 59%, e a RI do Tapajós chegando a cerca de 49%. Essa elevação acentuada pode estar relacionada aos efeitos tardios da pandemia e à redução de programas emergenciais de transferência de renda, impactando fortemente a população mais vulnerável. Em contrapartida, Novo Progresso registrou aumento mais contido, chegando a 31%, demonstrando maior resiliência em relação ao choque estadual (Gráfico 1).



Em 2023, observa-se uma melhora significativa no indicador, com recuo generalizado da taxa de pobreza. O Pará reduziu para 43,8%, a RI Tapajós para 40,8% e Novo Progresso apresentou expressiva queda para 27%, retornando a patamares similares aos de 2019. Essa melhora pode estar associada à retomada econômica, ao reforço de programas sociais federais e estaduais, e a políticas locais com foco na geração de renda e inclusão produtiva (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em 2019, os percentuais de gastos com serviços essenciais foram relativamente elevados nos três recortes, com destaque para o estado do Pará (63%) e a RI do Tapajós (62,7%). Novo Progresso apresentava um percentual ligeiramente inferior, em torno de 60%. Contudo, em 2020, o município teve forte queda para cerca de 55%, evidenciando possível redirecionamento de recursos durante o auge da pandemia, ao passo que o estado e a RI também apresentaram quedas, embora mais moderadas (Gráfico 2).

A partir de 2021, nota-se uma

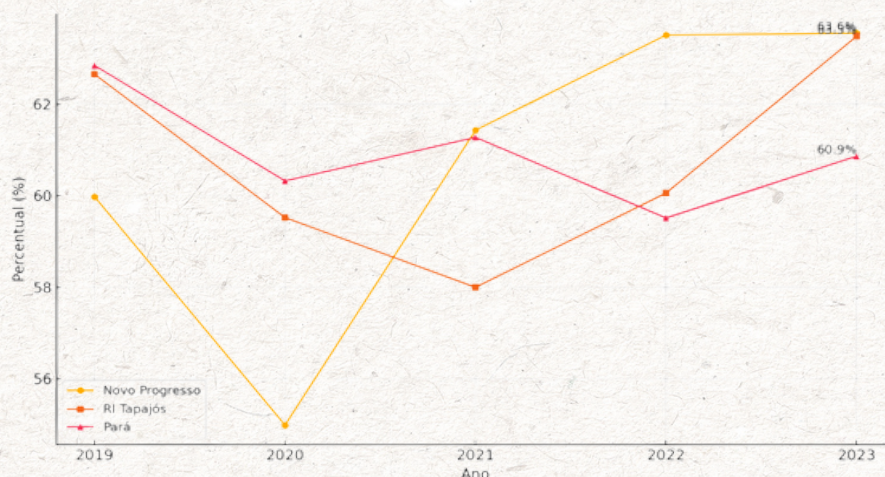
recuperação no investimento essencial em Novo Progresso, com elevação consistente até atingir 63,6% em 2023 — o maior percentual da série. A RI do Tapajós também apresentou trajetória crescente, culminando no mesmo valor de 63,6% em 2023. Por outro lado, o estado do Pará teve um comportamento mais irregular: embora com alta em 2023 (60,9%), o nível permaneceu abaixo do verificado em 2019, sugerindo certa oscilação na alocação de recursos essenciais no plano estadual (Gráfico 2).

Essa tendência ascendente

no município e na RI pode indicar maior comprometimento regional com políticas públicas básicas, como saúde, educação e assistência social, sobretudo em resposta ao agravamento da pobreza observado em 2022. A correlação entre o aumento nos gastos e a posterior redução da taxa de pobreza sugere uma relação positiva entre investimento em serviços essenciais e melhoria nas condições de vida da população (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O indicador de baixo peso ao nascer em Novo Progresso apresentou trajetória ascendente ao longo do período, partindo de 6,7% em 2019 para 8% em 2023, com um ponto mínimo em 2020 (4,7%). Esse recuo em 2020 pode estar relacionado a subnotificações ou à menor cobertura dos serviços de saúde no auge da pandemia. Após esse ponto, observa-se uma recuperação contínua, com um aumento que pode indicar falhas estruturais na atenção pré-natal e nos determinantes sociais da saúde (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi semelhante, com uma leve queda entre 2019 e 2020 (de 6,7% para 6,3%), seguida de uma elevação contínua até

atingir 9% em 2023 – o maior valor da série.

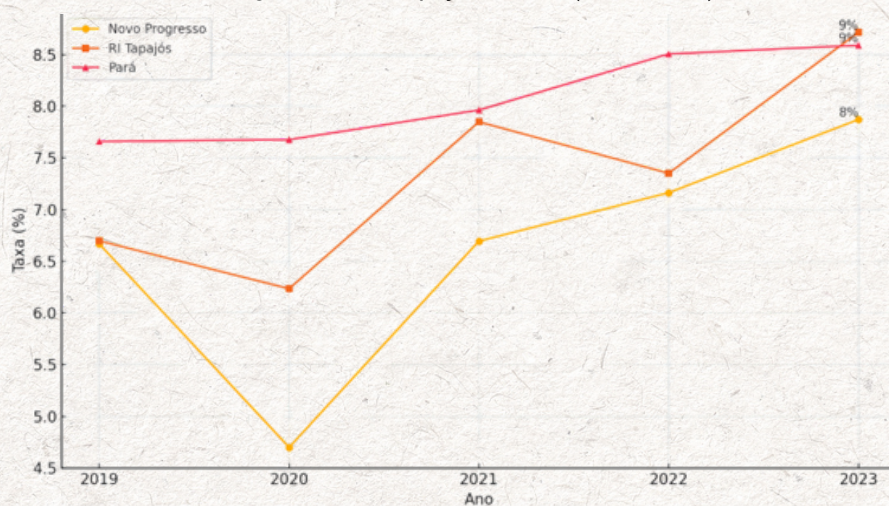
A RI passou a apresentar valores mais altos que o estado a partir de 2021, o que pode sugerir desigualdades regionais no acesso ou na qualidade dos serviços de saúde materno-infantil. As variações podem refletir tanto alterações nas condições socioeconômicas quanto a eficácia das políticas públicas na área (Gráfico 3).

Já o estado do Pará manteve maior estabilidade até 2020 (em torno de 7,6%), mas apresentou crescimento a partir de 2021, alcançando 8,6% em 2023. Isso reforça uma tendência estadual de piora gradual no indicador, com aumento mais expressivo nos últimos anos.

A convergência dos valores entre município, RI e estado em 2023 sugere uma homogeneização negativa, em que todas as esferas enfrentam desafios semelhantes relacionados à nutrição infantil e ao acompanhamento pré-natal adequado (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

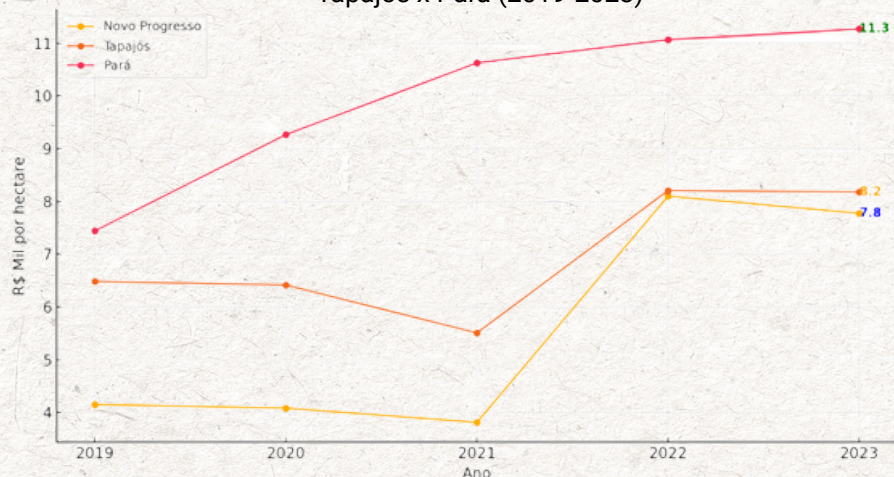
No município de Novo Progresso, a produtividade agrícola apresentou crescimento expressivo após um período inicial de queda. Entre 2019 e 2021, o valor caiu de R\$ 4,2 mil para R\$ 3,8 mil por hectare, o que pode estar relacionado a fatores como instabilidade climática, limitações tecnológicas ou menor investimento no setor. A partir de 2022, observa-se uma inflexão positiva relevante, com salto para R\$ 8,1 mil e pequena retração para R\$ 7,8 mil em 2023 — quase o dobro do valor registrado em 2021 (Gráfico 4).

Na RI do Tapajós, o desempenho foi mais estável, com um início em R\$ 6,5 mil/ha em 2019, pequena queda até 2021 (R\$ 5,6 mil) e forte recuperação em 2022, atingindo R\$ 8,2 mil e mantendo-se nesse patamar em 2023. A estabilidade recente da região, aliada ao seu desempenho superior ao município em anos anteriores, aponta para uma base produtiva mais consolidada, provavelmente apoiada em melhores condições de infraestrutura rural, insumos e assistência técnica (Gráfico 4).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento

contínuo ao longo do período, partindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e atingindo R\$ 11,3 mil/ha em 2023. O desempenho estadual foi consistentemente superior aos demais recortes, refletindo o peso de regiões mais mecanizadas e produtivas no interior do estado. A tendência de alta sugere avanços tecnológicos, expansão de lavouras comerciais e políticas de incentivo ao agronegócio em maior escala, que não se distribuíram de forma uniforme entre as regiões (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

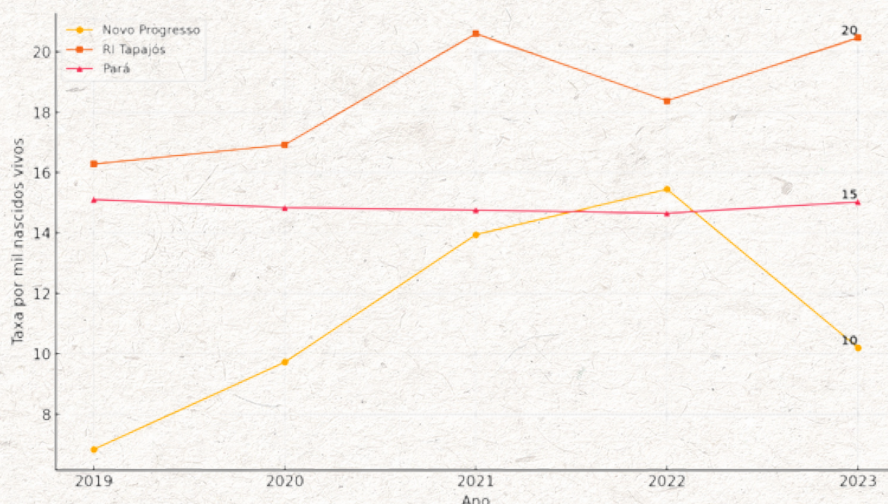
Em Novo Progresso, a taxa de mortalidade infantil iniciou o período em patamar relativamente baixo (6,8 em 2019), mas apresentou forte crescimento até 2022, atingindo 15,5 mortes por mil nascidos vivos. Essa elevação pode estar associada à sobrecarga dos serviços de saúde durante a pandemia, à fragilidade na atenção básica e a dificuldades logísticas no acesso a cuidados neonatais. Em 2023, observa-se uma melhora expressiva, com redução da taxa para 10, indicando possível reestruturação da rede de atenção primária ou melhora no atendimento materno-infantil (Gráfico 5).

A Região de Integração do Tapajós apresenta um cenário mais crítico e instável. A taxa subiu de 16,3 em 2019 para o pico de 20,6 em 2021, oscilando levemente nos anos seguintes e voltando a esse patamar em 2023. Esses valores elevados e persistentes revelam um contexto regional de desigualdade no acesso à saúde, refletindo ausência de serviços especializados, barreiras territoriais e possivelmente baixa cobertura de políticas públicas voltadas à infância (Gráfico 5).



O estado do Pará, por sua vez, mostrou estabilidade ao longo do período, com variação em torno de 14,8 a 15 por mil nascidos vivos. Embora os números sejam altos em comparação ao ideal recomendado pela OMS, a estabilidade sugere um sistema estadual mais estruturado, com maior capilaridade dos serviços de atenção básica e neonatal. Contudo, o fato de Novo Progresso e a RI apresentarem variações tão distintas indica que as políticas estaduais podem não estar alcançando todas as localidades de forma equânime (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

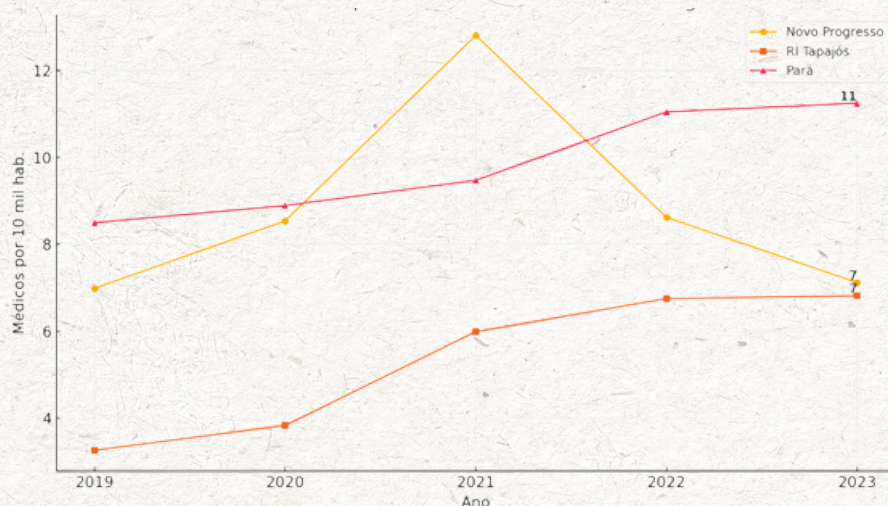
Em Novo Progresso, o número de médicos por 10 mil habitantes cresceu significativamente entre 2019 (7) e 2021 (12,7), um aumento expressivo que pode refletir contratações emergenciais no contexto da pandemia e políticas de interiorização da saúde. No entanto, a partir de 2022, houve queda acentuada, chegando a 7 novamente em 2023, o que representa um retorno ao patamar inicial e pode indicar descontinuidade nos programas ou dificuldade na fixação desses profissionais no território (Gráfico 6).

Na Região de Integração do Tapajós, o avanço foi constante, passando de 3,2 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 7 em 2023. Ainda que esse número seja inferior ao ideal, o crescimento contínuo indica esforços consistentes de fortalecimento da infraestrutura médica regional. O avanço progressivo, mesmo que em ritmo mais lento que o do município em seus melhores anos, é um sinal de melhora na capacidade assistencial da região (Gráfico 6).



Já o estado do Pará iniciou o período com uma densidade médica superior (8,5 em 2019), que aumentou gradualmente até atingir 11 em 2023. O crescimento foi constante, sem quedas, e posiciona o estado em patamar mais elevado que a RI e o município nos dois extremos da série. Isso sugere uma melhor distribuição de recursos médicos em áreas urbanas maiores ou capitais regionais, enquanto persistem os desafios de equidade no acesso a profissionais em localidades mais isoladas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

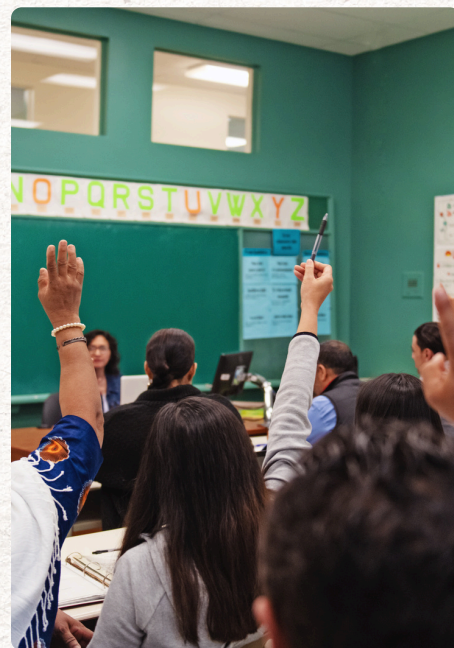
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Novo Progresso iniciou o período com uma alta oferta relativa de vagas no ensino público, atingindo seu pico em 2020, com cerca de 285 vagas por mil habitantes. Essa disponibilidade superior à média estadual e regional pode ter refletido investimentos pontuais ou a presença de maior infraestrutura escolar proporcional à população. No entanto, a partir de 2021, houve uma queda acentuada e contínua, chegando a 210 vagas em 2023, valor praticamente igual ao da RI Tapajós e superior apenas ao do estado do Pará (Gráfico 7).

A RI do Tapajós apresentou trajetória mais estável e com crescimento até 2022, quando atingiu o valor máximo de 230 vagas por mil habitantes. Isso indica uma expansão gradual

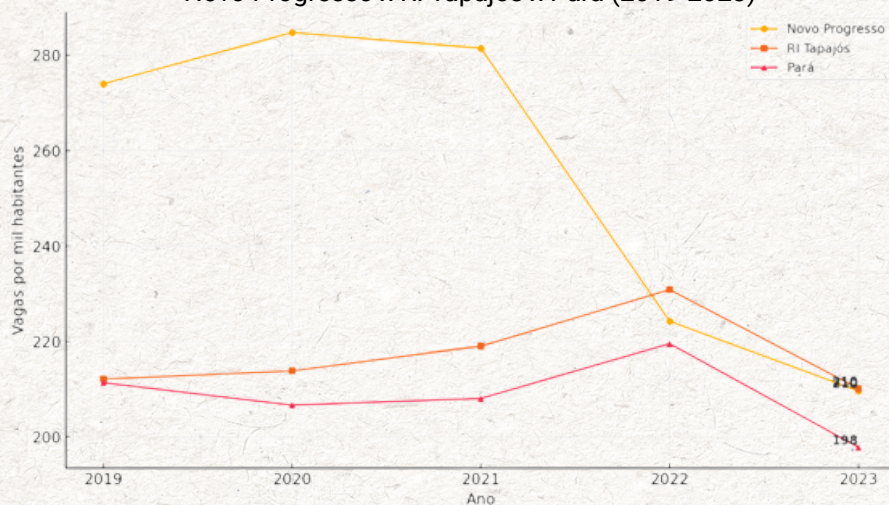
do acesso à educação pública na região, possivelmente relacionada a políticas públicas regionais de ampliação da rede escolar. Contudo, em 2023, também houve queda, retornando ao patamar de 210 vagas, o que sugere retração ou readequação da oferta de vagas, talvez em função de ajustes demográficos ou orçamentários (Gráfico 7).

No estado do Pará, a oferta foi mais contida ao longo de todo o período, oscilando entre 206 e 220 vagas por mil habitantes, com o menor valor registrado em 2023 (198 vagas). Essa tendência de queda no final da série pode estar associada à redução da taxa de natalidade, fechamento de turmas em áreas rurais, ou ainda reflexo de realoca-



ção de recursos em função da pandemia. O fato de o estado apresentar os menores valores reforça a hipótese de desafios estruturais persistentes no atendimento educacional em escala estadual (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 210 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Novo Progresso manteve um patamar excepcionalmente elevado no percentual de escolas com acesso à internet desde 2019, com 100% de cobertura até 2021. Em 2022 e 2023, houve uma leve queda para 96,7%, ainda assim mantendo-se muito acima das médias estadual e regional. Esse resultado indica uma infraestrutura digital consolidada no município, o que pode ter sido determinante para a manutenção das atividades pedagógicas durante os períodos críticos da pandemia (Gráfico 8).

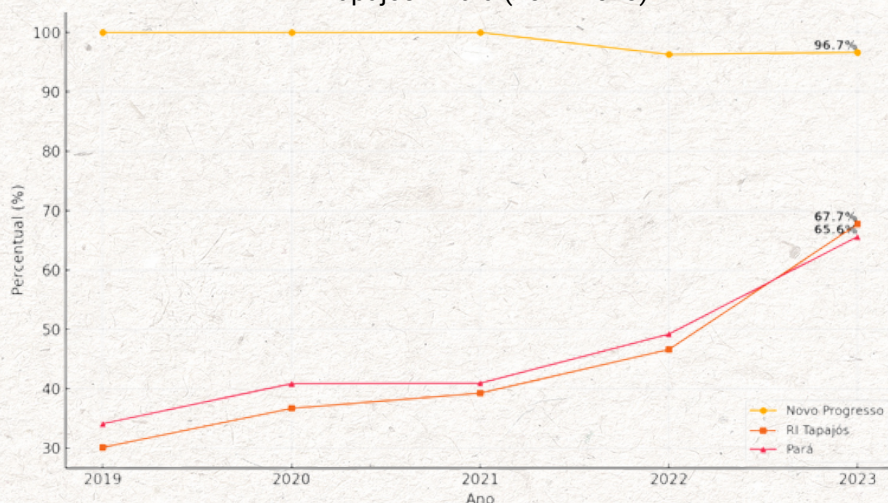
Na RI Tapajós, a evolução foi

mais progressiva. Em 2019, apenas 30% das escolas tinham acesso à internet, subindo para 36,7% em 2020 e atingindo 65,6% em 2023. Esse avanço expressivo, principalmente nos últimos dois anos, reflete investimentos significativos em conectividade escolar, provavelmente impulsionados por políticas públicas federais e estaduais voltadas à inclusão digital. O crescimento acentuado entre 2022 e 2023 sugere um esforço concentrado recente para reduzir desigualdades tecnológicas (Gráfico 8).

O estado do Pará também

apresentou melhora contínua, embora com patamares iniciais e finais ligeiramente superiores aos da RI. Em 2019, cerca de 34% das escolas estavam conectadas, avançando para 67,7% em 2023. A trajetória revela uma evolução importante, mas ainda insuficiente diante das demandas do ensino híbrido ou remoto. A comparação com Novo Progresso evidencia disparidades internas significativas no estado quanto ao acesso à internet nas unidades escolares (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 96,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Novo Progresso, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou forte crescimento entre 2019 e 2021, passando de 26 para 77 casos por 100 mil habitantes. Esse salto pode estar relacionado ao aumento de denúncias durante a pandemia de COVID-19, quando medidas de isolamento social ampliaram o tempo de convivência com agressores e dificultaram o acesso a redes de proteção. Em 2022 houve uma queda significativa para 55 casos, mas o número voltou a subir em 2023, atingindo 76, sinalizando que a violência permanece estrutural e persistente no território (Gráfico 9).



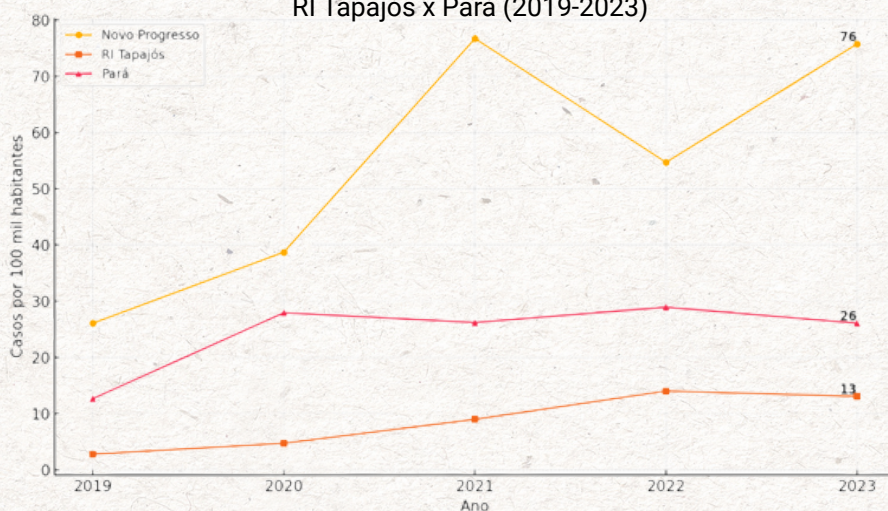
Na Região de Integração do Tapajós, a evolução do indicador foi mais gradual, subindo de apenas 3,1 em 2019 para 13 em 2023. Ainda que o valor seja bem inferior ao de Novo Progresso e do estado do Pará, o crescimento consistente ao longo do período pode indicar maior visibilidade do tema, melhor capacidade de notificação ou um agravamento real da situação. A ausência de quedas nos cinco anos aponta para uma tendência preocupante e contínua (Gráfico 9).

O estado do Pará, por sua vez, teve um

comportamento mais oscilante. A taxa subiu de 12,7 para 28 entre 2019 e 2020, recuou levemente em 2021, subiu novamente em 2022 e fechou 2023 com 26 casos por 100 mil habitantes. Apesar das flutuações, o patamar atual ainda é mais que o dobro do valor de 2019, o que evidencia o agravamento da violência doméstica em escala estadual. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas consistentes e de longo prazo voltadas à prevenção, acolhimento e proteção das vítimas. (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

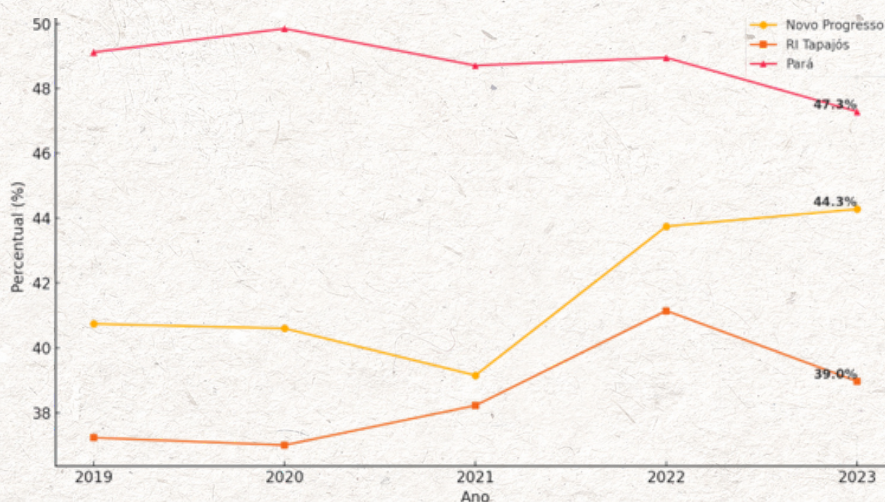
Novo Progresso apresentou ligeira estabilidade entre 2019 e 2020, com cerca de 40,7% dos cargos gerenciais ocupados por mulheres. Em 2021, houve queda para 39,1%, seguida por crescimento expressivo até 2023, quando o percentual alcançou 44,3%. Esse aumento recente pode estar associado a iniciativas locais ou setoriais de equidade de gênero no mercado de trabalho, ou ao maior acesso feminino à qualificação e oportunidades de liderança no município (Gráfico 10).



A RI Tapajós seguiu uma trajetória mais modesta, iniciando com 37,2% em 2019, caindo levemente em 2020 e crescendo até 2022, com recuo em 2023 para 39%. Embora o patamar seja inferior ao de Novo Progresso e do estado como um todo, a trajetória indica avanços intermitentes. A queda no último ano pode sugerir um refluxo nos esforços institucionais ou mudanças no perfil de contratações gerenciais, reforçando a necessidade de políticas afirmativas mais consistentes (Gráfico 10).

O estado do Pará manteve, durante todo o período, os maiores percentuais entre os três recortes. Em 2019, 49% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres, com leve oscilação até alcançar 47,3% em 2023. A leve tendência de queda no fim da série pode sinalizar uma estagnação nos avanços da equidade de gênero em posições de liderança, exigindo atenção quanto à manutenção de políticas públicas e corporativas que favoreçam a igualdade no topo das estruturas organizacionais (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Novo Progresso, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto manteve-se praticamente estagnado entre 2019 e 2020, em 0,6%, com crescimento discreto nos anos seguintes até atingir 1,2% em 2022. No entanto, em 2023 houve leve recuo para 1,2%, sinalizando que mesmo os avanços recentes ainda são extremamente limitados. Esses dados refletem uma situação crítica de infraestrutura sanitária entre os mais vulneráveis, indicando baixa capacidade de inclusão dessa população em políticas públicas de saneamento (Gráfico 11).

Na Região de Integração do Tapajós, o cenário é ainda mais preocupante. O percentual permaneceu fixo em torno de 0,5% durante todo o período analisado, sem apresentar qualquer avanço significativo. Isso revela um quadro de estagnação e carência estrutural crônica na oferta de coleta de esgoto para populações de baixa renda na região. A ausência de melhoria aponta para falhas de planejamento e execução de investimentos essenciais em saneamento básico, a-

fetando diretamente a saúde e dignidade dessa população (Gráfico 11).

Em contraste, o estado do Pará apresentou evolução constante e significativa no período. Em 2019, 7% da população de baixa renda tinha acesso à coleta de esgoto, crescendo de forma contínua até atingir 11,5% em 2023. Apesar de ainda estar longe da universalização, esse aumento evidencia a efetividade de programas estaduais ou federais voltados à ampliação do saneamento em

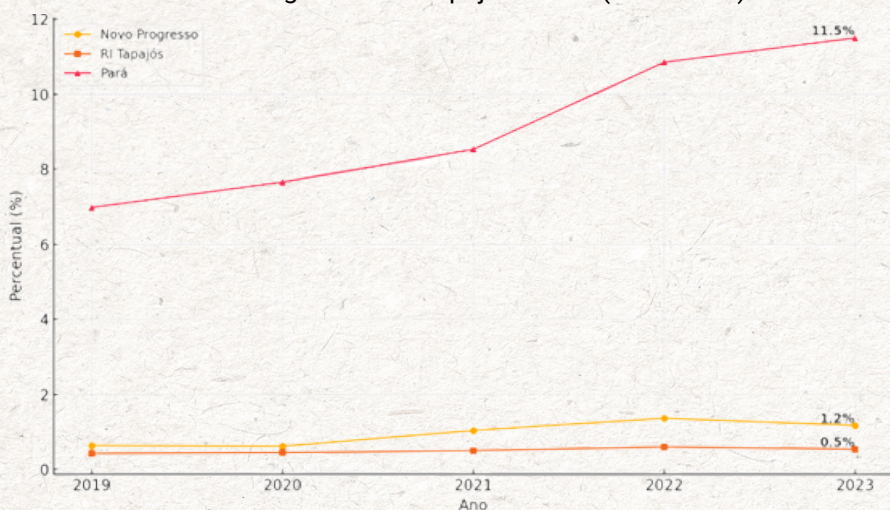


comunidades vulneráveis.

A disparidade entre os dados estaduais e os de Novo Progresso e da RI Tapajós destaca a desigualdade territorial na implementação dessas políticas (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Novo Progresso, os gastos municipais per capita com saneamento básico foram nulos em todos os anos da série (2019 a 2023), refletindo ausência de investimento direto nessa política pública essencial. Esse dado é particularmente alarmante quando associado ao baixíssimo percentual de população de baixa renda com coleta de esgoto, apontando para uma negligência estrutural ou ausência de prioridade na agenda orçamentária local para o setor de saneamento (Gráfico 12).

Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento do indicador foi mais dinâmico, partindo de R\$ 19 por habitante em 2019 e atingindo um pico de R\$ 44 em 2023. Essa elevação gradual indica uma

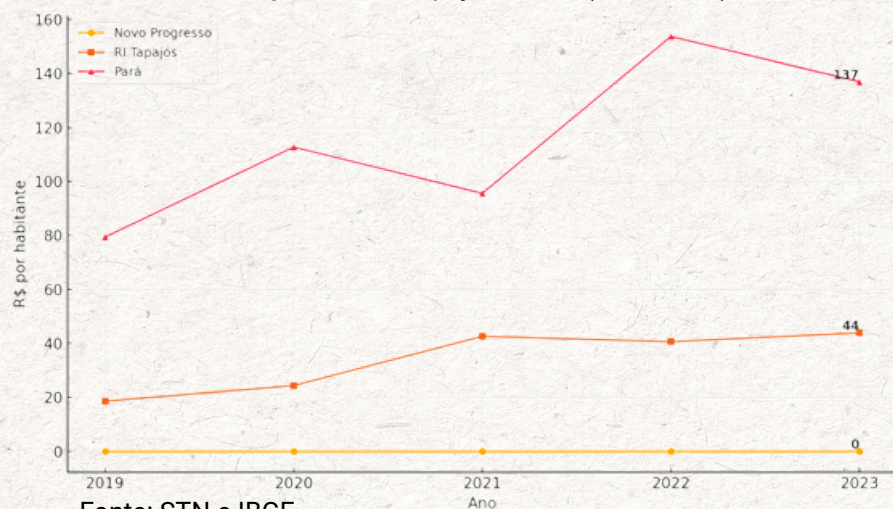
preocupação crescente com o financiamento da infraestrutura sanitária na região. No entanto, os valores ainda são modestos frente às necessidades de cobertura e universalização, especialmente considerando que os percentuais de coleta para a população de baixa renda continuam muito baixos (Gráfico 12).

Já o estado do Pará demonstrou maior robustez no investimento per capita em saneamento. Os gastos saltaram de R\$ 79 em 2019 para R\$ 154 em 2022, com pequena redução em 2023 (R\$ 137). Essa trajetória sugere a priorização do saneamento na agenda estadual, o que é coerente com o aumento observado no acesso à coleta de esgoto entre os mais pobres.

Mesmo com essa melhora, o desafio permanece em garantir que tais recursos se distribuam de forma mais equitativa entre os municípios, especialmente os que permanecem com investimentos nulos como Novo Progresso (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



O município de Novo Progresso apresentou um dos maiores níveis de consumo de energia elétrica per capita no período analisado. Em 2019, o consumo era de aproximadamente 1.588 kWh/hab., crescendo até alcançar um pico de cerca de 1.910 kWh/hab. em 2021. Após essa alta, houve queda em 2022, com posterior leve recuperação em 2023, encerrando o período em 1.647 kWh/hab. Essa trajetória sugere um aumento geral da demanda por energia, possivelmente relacionado à expansão urbana, industrial ou de serviços, ainda que sujeito a oscilações conjunturais como crises econômicas ou mudanças tarifárias (Gráfico 13).

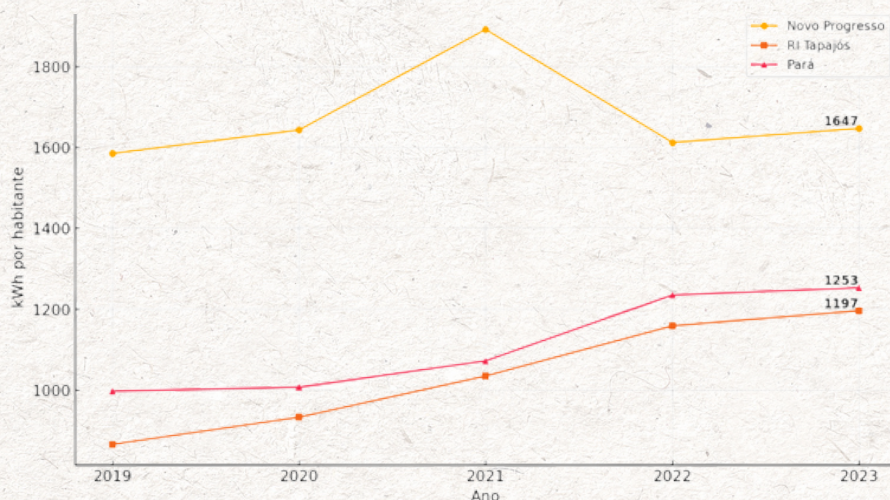
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Tapajós, o consumo também cresceu de forma consistente, embora em patamar inferior ao municipal. Saiu de 868 kWh/hab. em 2019 para 1.197 kWh/hab. em 2023, com crescimento constante ano a ano. Essa evolução indica um processo de interiorização do acesso à energia elétrica e possível melhoria na qualidade de vida da população regional, que passou a consumir mais eletricidade em residências, comércio ou equipamentos públicos (Gráfico 13).

O estado do Pará apresentou padrão

semelhante ao da RI, com crescimento contínuo do consumo per capita, iniciando em 998 kWh/hab. em 2019 e alcançando 1.253 kWh/hab. em 2023. A tendência estadual é de expansão gradual e estável do consumo, refletindo um processo de modernização e aumento da cobertura energética em áreas urbanas e rurais. Ainda assim, o consumo estadual permanece abaixo dos níveis registrados em Novo Progresso, evidenciando disparidades territoriais dentro do próprio estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.647 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Novo Progresso, o percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação com fontes fósseis caiu de forma significativa, passando de 3,5% em 2019 para apenas 1,2% em 2023. Essa trajetória de queda contínua reflete avanços importantes na universalização do acesso à energia elétrica, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da população. Pode ser resultado de políticas públicas de eletrificação rural e programas sociais de tarifa reduzida ou incentivos à substituição de fontes precárias por energia da rede convencional (Gráfico 14).



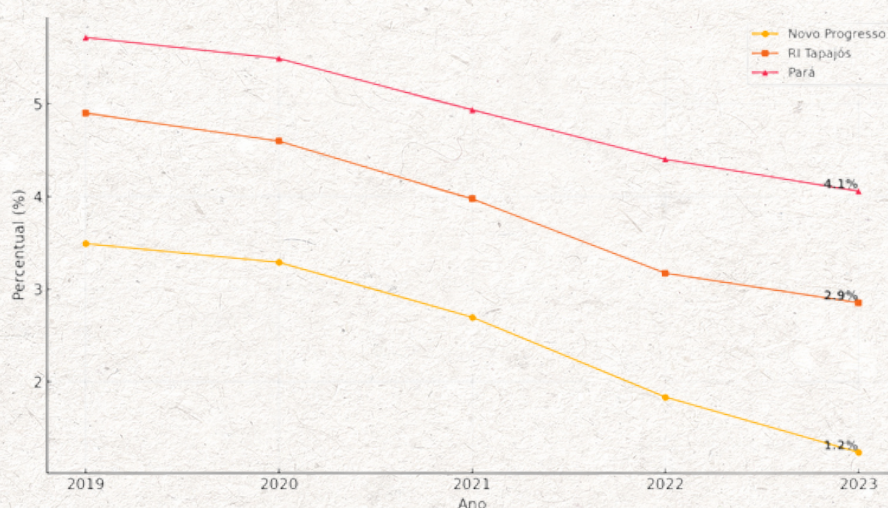
Na Região de Integração Tapajós, a tendência foi similar, com queda de 4,9% em 2019 para 2,9% em 2023. Ainda que a redução tenha sido significativa, os níveis permanecem mais elevados do que os de Novo Progresso, o que pode estar relacionado à maior dispersão geográfica da população, à presença de comunidades isoladas ou à menor efetividade de programas de eletrificação em determinadas áreas. De todo modo, os dados indicam progresso na inclusão energética da população de baixa renda da região (Gráfico 14).



dor também apresentou queda contínua, partindo de 5,7% em 2019 e chegando a 4,1% em 2023. Embora a redução tenha sido mais modesta em termos proporcionais, ela evidencia esforços para ampliar o acesso à energia elétrica e eliminar o uso de fontes fósseis — como lamparinas e geradores a óleo — entre os mais pobres. A manutenção de percentuais relativamente altos, no entanto, sugere que persistem desafios estruturais em determinadas áreas do estado, exigindo ações mais específicas de infraestrutura e política energética (Gráfico 14).

No estado do Pará, o indica-

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

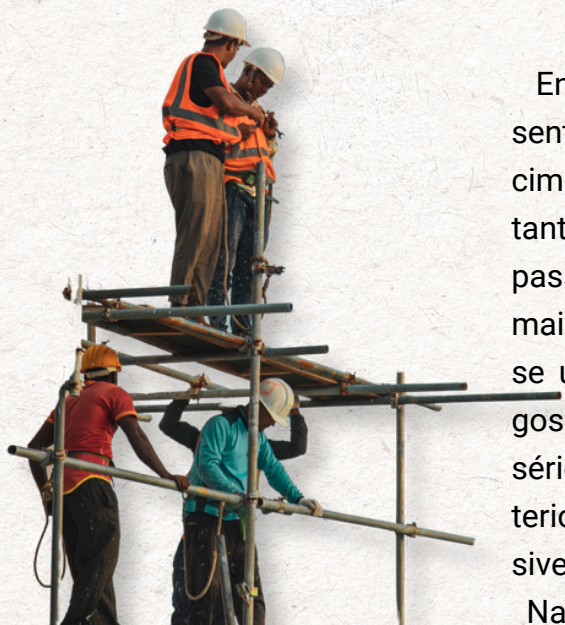
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

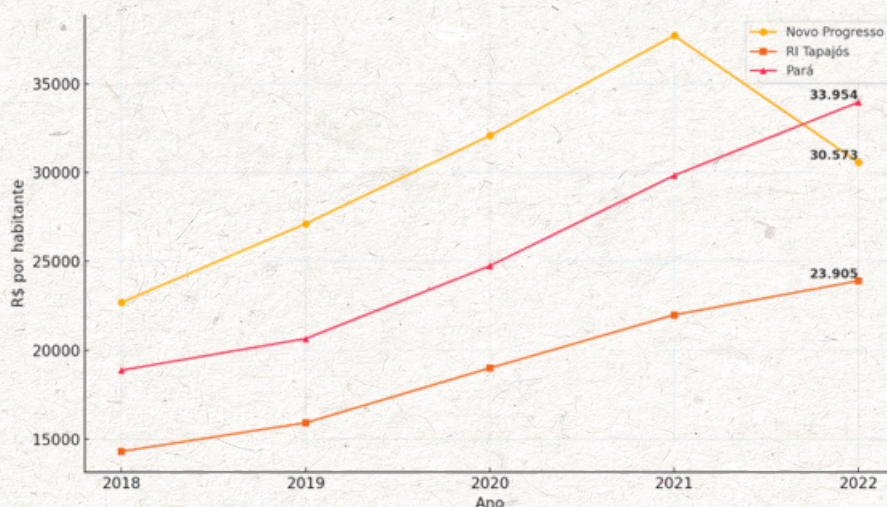
do, embora em um patamar inferior ao de Novo Progresso. Em 2019, a RI apresentava cerca de 77 empregos formais por mil habitantes, número que sobe gradualmente até atingir 119 em 2023. Esse aumento constante sugere um processo de fortalecimento econômico regional, possivelmente impulsionado por investimentos em setores formais e maior integração produtiva no território (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2023, o município de Novo Progresso apresentou uma trajetória de oscilação seguida por forte crescimento no indicador de empregos formais por mil habitantes. Inicialmente, houve leve declínio entre 2019 e 2021, passando de aproximadamente 153 para 146 empregos formais por mil habitantes. Contudo, a partir de 2021, observa-se uma reversão significativa, culminando em 170 empregos formais por mil habitantes em 2023 – o maior valor da série. Esse comportamento indica uma recuperação e posterior expansão no mercado formal local, superando inclusive os níveis anteriores à pandemia (Gráfico 15).

Na escala da Região de Integração Tapajós, o indicador também mostra crescimento consistente ao longo do período,

gicos, como mineração e energia, além de investimentos em infraestrutura que impulsionaram o crescimento econômico estadual mais distribuído ao longo do território (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30.573/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Novo Progresso, a participação da indústria no PIB começou com um patamar de aproximadamente 9,4% em 2018 e cresceu até 2020, chegando a 14,4%, o que indica um fortalecimento industrial no período. No entanto, observou-se uma queda acentuada em 2021 para 9,3%, com leve recuperação em 2022, quando o valor alcançou 11,3%. Essa volatilidade pode estar associada à dependência de atividades industriais pontuais ou de base extrativa, sujeitas a oscilações sazonais e de mercado (Gráfico 17).

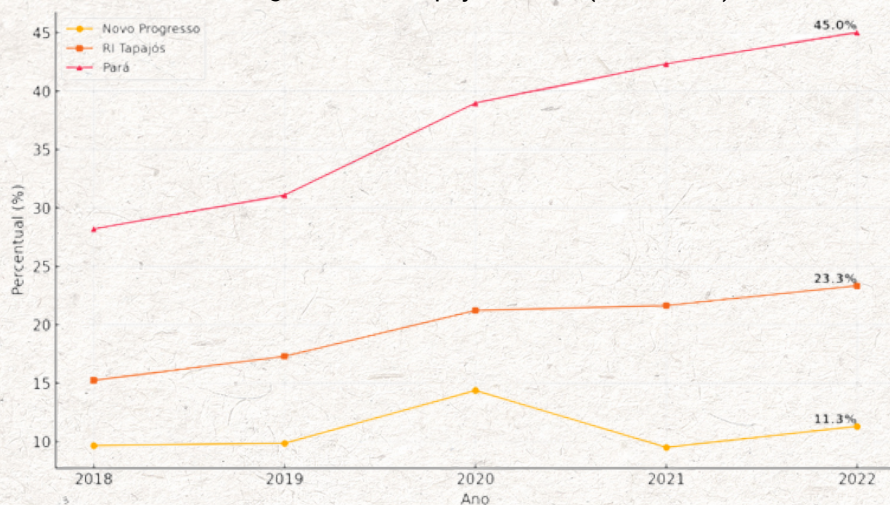
Na RI Tapajós, o indicador mostra crescimento contínuo e consistente da participação industrial no PIB, partindo de 15,1% em 2018 e atingindo 23,3% em 2022. Esse aumento sugere um processo de diversificação produtiva e industrialização gradual da região, provavelmente impulsionado por cadeias produtivas associadas ao agronegócio, mineração ou infraestrutura logística, refletindo um dinamismo econômico regional mais estável que o municipal (Gráfico 17).

O estado do Pará apresentou

o desempenho mais expressivo no indicador, saindo de 28,4% em 2018 para 45% em 2022, indicando uma crescente concentração da atividade econômica no setor industrial. Essa elevação significativa pode estar ligada à expansão de grandes empreendimentos industriais e mineradores no estado, consolidando o setor como principal motor do crescimento econômico paraense, com impactos relevantes na balança comercial e arrecadação estadual (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Novo Progresso apresentou um crescimento expressivo no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador iniciou o período com cerca de 10,7 profissionais em 2019, registrando leve queda em 2020, e em seguida passou por uma ascensão acelerada, atingindo 22 profissionais por 100 mil habitantes em 2023.



Esse crescimento pode estar relacionado a iniciativas locais de valorização da pesquisa científica, expansão de instituições de ensino ou à atração de profissionais qualificados para a região (Gráfico 18).

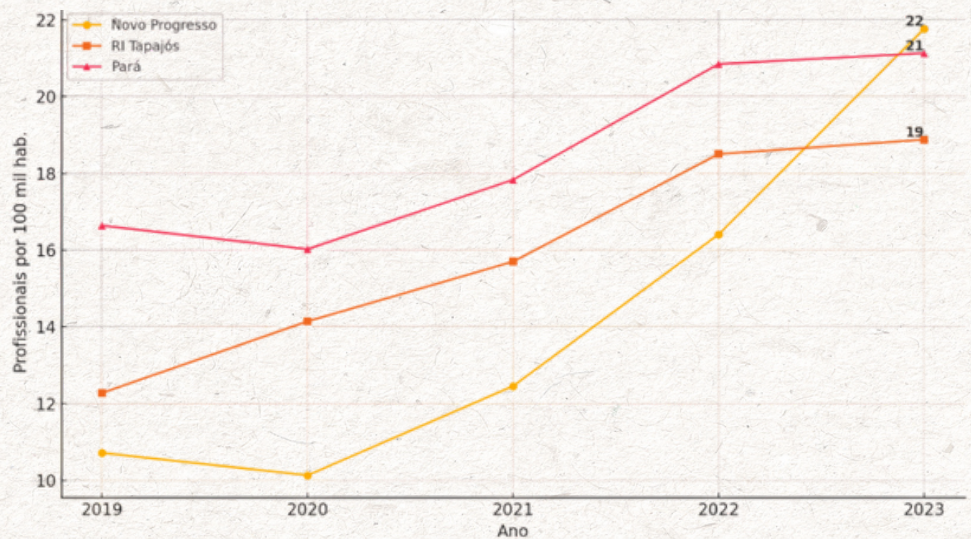
Na Região de Integração Tapajós, observa-se um crescimento mais constante e gradual ao longo dos anos, com o

indicador evoluindo de aproximadamente 12,4 em 2019 para 19 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. A consistência dessa trajetória sugere esforços regionais contínuos de capacitação e inserção profissional na área científica, o que pode refletir políticas públicas voltadas à educação superior, bolsas de pesquisa ou fomento à inovação em nível regional (Gráfico 18).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou desempenho estável nos primeiros anos, com leve oscilação entre 2019 (16,7) e 2020 (16,1), seguido de crescimento mais acentuado a partir de 2021, encerrando 2023 com 21 profissio-



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Novo Progresso apresentou um comportamento oscilante no indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB. Em 2019, o município iniciou com um patamar elevado, próximo de 1,48%, mas esse valor caiu progressivamente até atingir o ponto mais baixo da série em 2021, com 0,89%. Essa queda pode estar associada à retração econômica provocada pela pandemia, combinada com uma possível ampliação do PIB sem o correspondente crescimento salarial. Em 2022, observa-se uma recuperação significativa, alcançando 1,3%, o que sugere uma revalorização da massa salarial ou melhoria nas condições do mer-

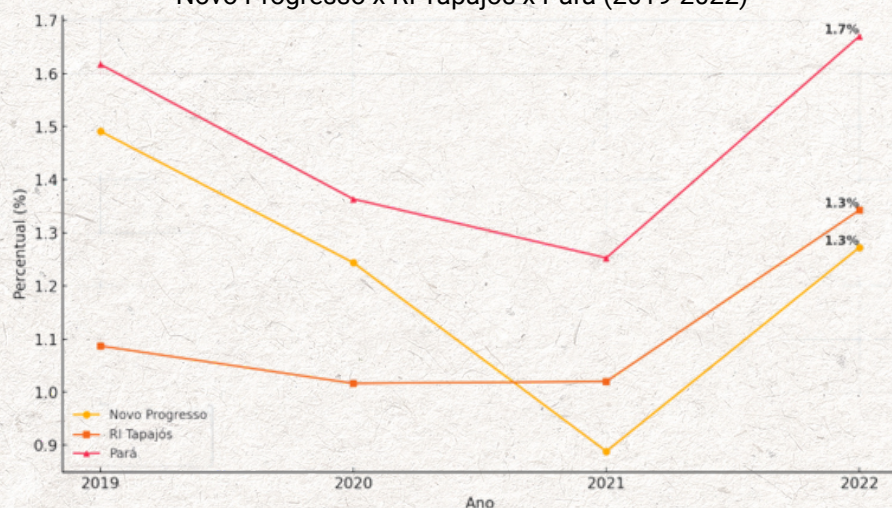
cado formal local (Gráfico 19).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, com variações modestas em torno de 1,08% a 1,02%. Apenas em 2022 ocorreu uma elevação mais expressiva, atingindo 1,34%, superando inclusive Novo Progresso. Essa trajetória indica que, apesar da resiliência durante o período pandêmico, foi apenas recentemente que a região passou a apresentar melhora relevante na relação entre massa salarial e PIB, possivelmente em decorrência de crescimento do emprego formal com melhores rendimentos ou recuperação econômica setorial (Gráfico 19).

No estado do Pará, a massa

salarial dos vínculos formais como proporção do PIB caiu de 1,62% em 2019 para 1,26% em 2021, evidenciando os efeitos da crise sanitária e econômica sobre o poder de compra dos trabalhadores formais em relação ao crescimento do PIB. No entanto, o estado mostrou uma retomada vigorosa em 2022, atingindo 1,70%, o maior valor da série. Esse avanço pode refletir o fortalecimento do mercado de trabalho formal, sobretudo em setores estratégicos com maior valor agregado, além de eventuais políticas de valorização salarial ou expansão do emprego qualificado no período pós-crise (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

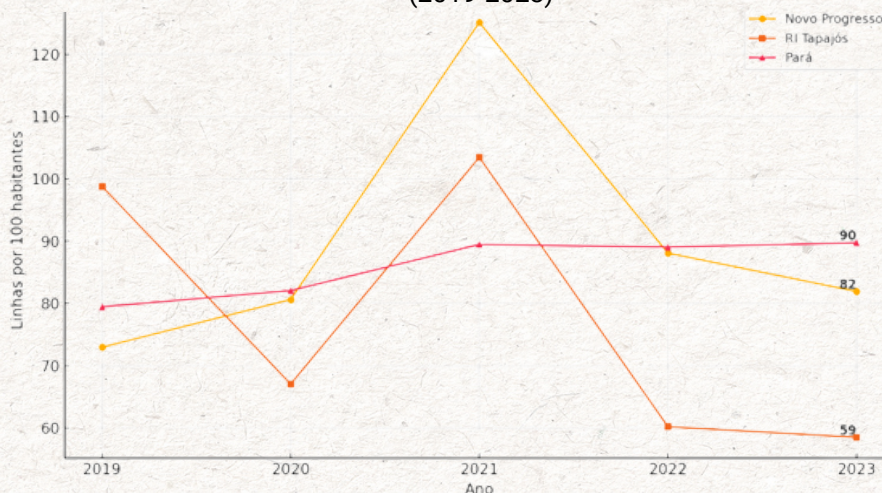
O município de Novo Progresso apresentou forte oscilação no acesso à telefonia móvel ao longo do período. Em 2019, o indicador registrava 73 linhas por 100 habitantes, subindo até atingir um pico expressivo de 125 em 2021. No entanto, a partir desse ponto houve uma queda acentuada, chegando a 88 em 2022 e finalizando 2023 com 82 linhas por 100 habitantes. Essa variação pode estar associada a mudanças na metodologia de contabilização, flutuações de cobertura ou alterações na demanda por múltiplas linhas por indivíduo (Gráfico 20).

A Região de Integração Tapajós também apresentou comportamento instável. Em 2019, o acesso era relativamente elevado, com 98,7 linhas por 100 habitantes, mas caiu drasticamente para 66,6 em 2020. Em 2021, houve uma recuperação para 103,2, seguida de nova queda nos anos subsequentes, atingindo apenas 59 linhas em 2023. Esse padrão reflete vulnerabilidades estruturais nas redes de telecomunicações da região, bem como possíveis dificuldades de manutenção ou atualização de infraestrutura em áreas interioranas (Gráfico 20).



No estado do Pará, o indicador mostra uma evolução mais linear e estável. Em 2019, eram 79,3 linhas por 100 habitantes, com crescimento constante até atingir 90 em 2023. Essa estabilidade demonstra um avanço mais equilibrado e gradual da cobertura móvel no estado como um todo, em contraste com os ciclos de crescimento e retração mais acentuados observados no município e na RI. O comportamento estadual sugere políticas públicas e investimentos mais uniformemente distribuídos ou uma maior consolidação das operadoras no mercado (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 82 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Novo Progresso, as despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental iniciaram 2019 em R\$ 52 por habitante, com leve queda em 2020, seguida de alta em 2021 (R\$ 54). Contudo, em 2022 houve uma queda abrupta para R\$ 22, refletindo possivelmente a priorização de outros setores em meio à crise sanitária ou à redução orçamentária local. A recuperação foi expressiva em 2023, quando o valor atingiu R\$ 60 por habitante, o maior da série, indicando retomada do investimento nesses setores (Gráfico 21).

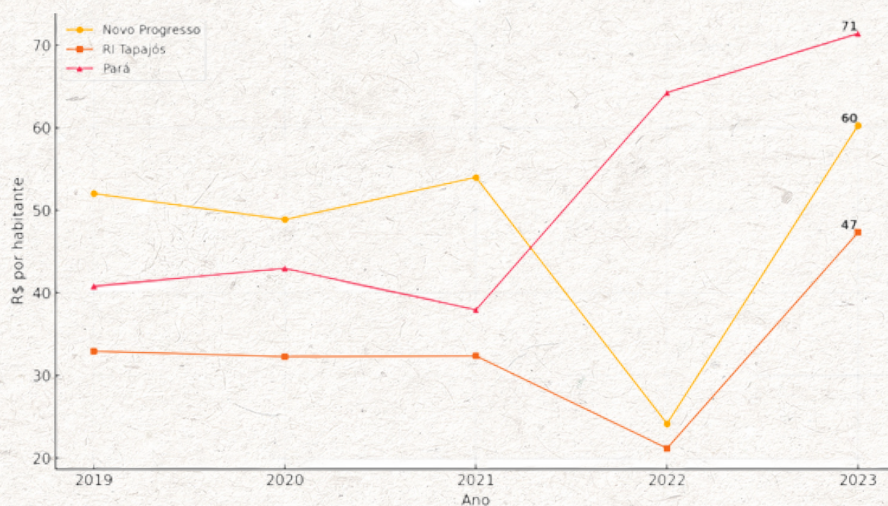
Na RI Tapajós, o comportamento foi semelhante ao municipal, mas em patamares inferiores. Os valores oscilaram levemente entre R\$ 33 e R\$ 32 de 2019 a 2021, despencando para R\$ 21 em 2022. Em 2023, houve significativa recuperação, com as despesas chegando a R\$ 47 por habitante. Essa trajetória aponta para uma tendência de subfinanciamento crônico desses setores, seguido por uma tentativa de reposição orçamentária recente, possivelmente vinculada a políticas de incentivo federais ou estaduais (Gráfico 21).

No estado do Pará, observa-

se uma trajetória mais sólida de crescimento. O indicador começou em R\$ 41 em 2019, teve leve oscilação até 2021, mas saltou de R\$ 38 para R\$ 64 em 2022, e então para R\$ 71 em 2023. Essa elevação significativa pode ser explicada por uma política estadual mais proativa em cultura e meio ambiente, alinhada a agendas de desenvolvimento sustentável e valorização cultural. O desempenho do estado contrasta positivamente com as instabilidades verificadas nos níveis municipal e regional (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O município de Novo Progresso apresentou relativa estabilidade no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, com pequena variação entre 13,9% em 2019 e 14,5% em 2023. Embora oscilando levemente ao longo dos anos, os dados demonstram uma permanência da prática em patamar moderado. Isso sugere que, apesar de possível expansão dos serviços de coleta regular de resíduos, uma parte da população ainda recorre a métodos precários de descarte, possivelmente por questões de acesso, hábito ou informali-

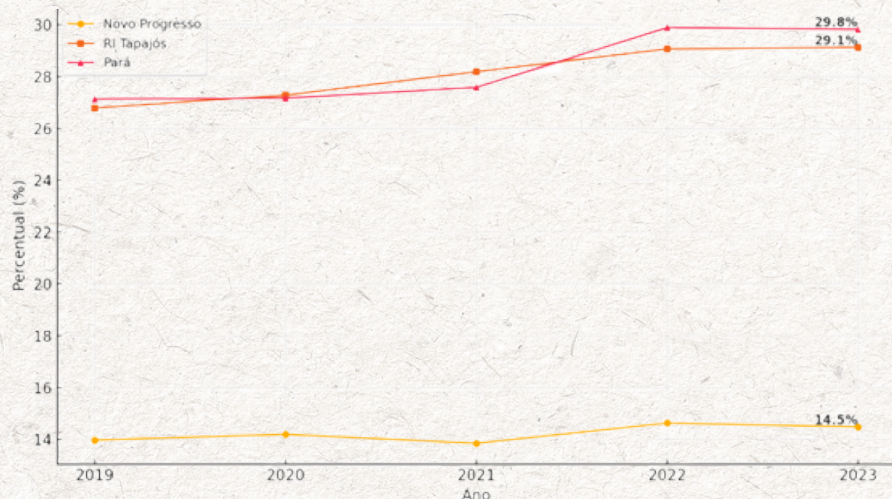
dade em áreas periféricas (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador mostra um crescimento progressivo ao longo do período. Partindo de 26,9% em 2019, o percentual sobe para 29,1% em 2023, revelando um agravamento das condições de descarte de resíduos sólidos entre a população de baixa renda. Esse comportamento pode estar associado à deficiência ou ausência de cobertura de serviços públicos de coleta domiciliar, especialmente em áreas rurais ou de difícil acesso, refletindo desigualdades territo-

riais estruturais (Gráfico 22).

Já o estado do Pará apresenta evolução semelhante à da RI, partindo de 27% em 2019 e chegando a 29,8% em 2023. A elevação contínua sugere uma tendência estadual de aumento na utilização de métodos inadequados de descarte de lixo por populações vulneráveis. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas mais efetivas na ampliação e qualificação da coleta de resíduos sólidos, com foco nos territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica e ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,2 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Novo Progresso, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar manteve-se extremamente elevado ao longo de todo o período, partindo de 84,9% em 2019, com uma breve queda em 2020, e alcançando 94,6% em 2023. Essa tendência revela uma permanência quase absoluta do uso de sistemas precários de esgotamento sanitário entre os mais pobres do município, evidenciando uma grave carência estrutural de acesso ao saneamento básico adequado (Gráfico 23).

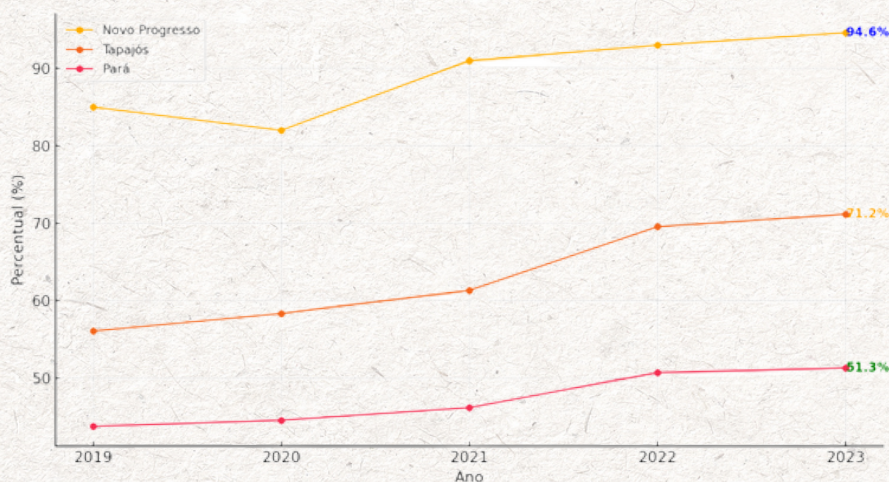
Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do in-

dicador também é crescente, embora em níveis ligeiramente inferiores. O percentual sobe de 55,9% em 2019 para 71,2% em 2023, com destaque para o salto mais acentuado entre 2021 e 2022. A ampliação desse percentual indica que, mesmo em escala regional, os serviços de esgotamento sanitário seguem sendo inacessíveis para grande parte da população de baixa renda, especialmente em áreas urbanas periféricas e comunidades rurais (Gráfico 23).

No estado do Pará, embora os valores sejam significativamente menores, a tendência é igualmente ascendente: o per-

centual vai de 43,4% em 2019 a 51,3% em 2023. Esse crescimento revela que o problema das fossas rudimentares entre a população mais vulnerável é generalizado no estado, ainda que com menor intensidade do que nas escalas municipal e regional analisadas. A persistência e o avanço do uso de soluções sanitárias precárias indicam falhas na universalização do saneamento e reforçam a urgência de investimentos focalizados em infraestrutura e políticas de inclusão sanitária (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 94,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



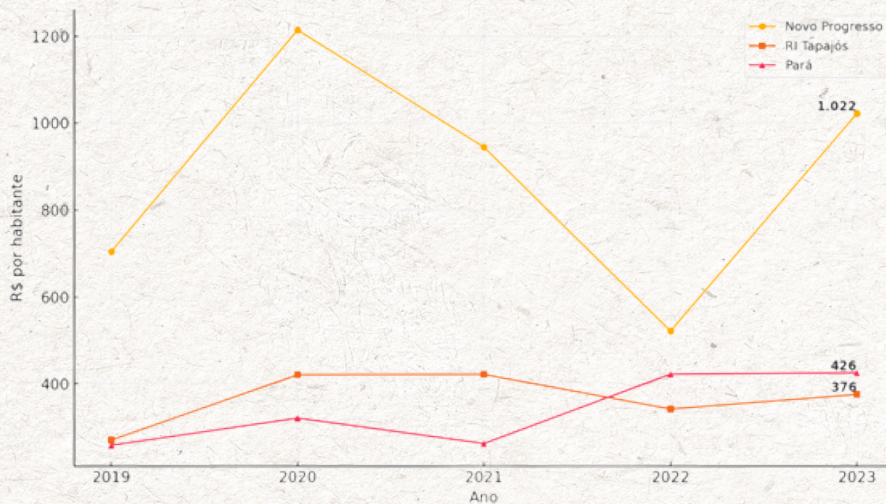
O município de Novo Progresso apresentou valores significativamente elevados nesse indicador ao longo do período, oscilando entre R\$ 704 em 2019 e R\$ 1.022 em 2023, com um pico expressivo em 2020, quando atingiu mais de R\$ 1.200 por habitante. Essas variações sugerem uma atuação municipal pontual com altos investimentos em determinados anos, possivelmente associados a eventos climáticos críticos ou execução de projetos específicos de prevenção. A forte queda em 2022 (R\$ 519) e posterior recuperação indicam que os gastos não seguem uma lógica contínua,

mas sim reativa ou dependente de disponibilidade orçamentária (Gráfico 24).

Na Região de Integração Tapajós, os valores foram bem inferiores aos de Novo Progresso, oscilando entre R\$ 270 e R\$ 426 ao longo do período. A curva demonstra relativa estabilidade entre 2020 e 2021, com leve queda em 2022 e recuperação em 2023. Esse padrão indica uma atuação mais constante, embora limitada, da gestão regional no tema de prevenção de desastres, possivelmente refletindo restrições orçamentárias, ausência de planejamento de médio prazo ou dependência de recursos estaduais

e federais (Gráfico 24). O estado do Pará teve comportamento mais conservador, com menores variações e valores abaixo de R\$ 430 por habitante. Após um pico em 2020 (R\$ 320), houve recuo em 2021 e expressiva elevação em 2022, mantendo esse patamar em 2023. Isso pode indicar um fortalecimento da política estadual de prevenção, com maior presença no financiamento de ações preventivas nos territórios. A estabilidade em 2023 sugere esforço de institucionalização dessas políticas no orçamento estadual (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.022/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

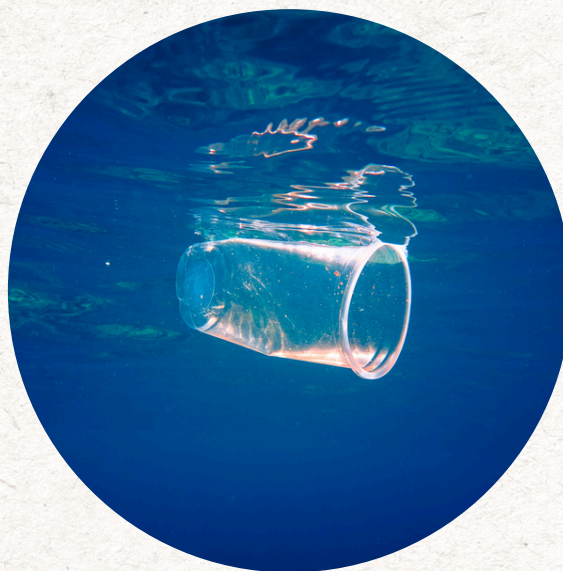
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Novo Progresso, os gastos per capita com preservação aquática foram baixos durante todo o período analisado, partindo de R\$ 20 em 2019 e encerrando em R\$ 15 em 2023. Apesar de um pequeno aumento em 2020 (R\$ 23), o indicador sofreu queda nos anos seguintes. Esse comportamento revela que a agenda da preservação aquática tem sido secundarizada no planejamento orçamentário local, o que é preocupante, especialmente para um território inserido na Amazônia Legal e com alta dependência de recursos hídricos (Gráfico 25).



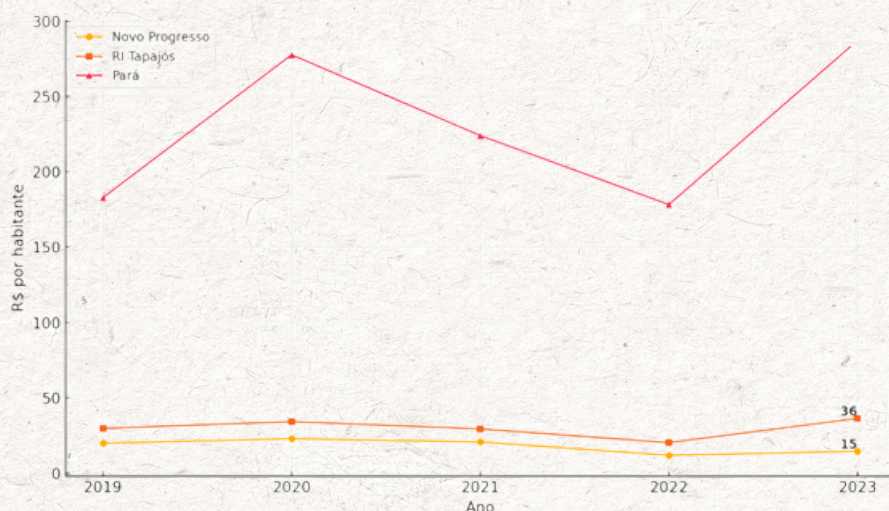
Na RI Tapajós, a despesa per capita foi um pouco superior à municipal, iniciando com R\$ 30 em 2019, atingindo R\$ 36 em 2023. Houve pequenas oscilações durante o período, mas a retomada do crescimento em 2023 pode sinalizar um aumento de atenção à preservação hídrica no nível regional. Ainda assim, os valores investidos permanecem modestos frente à importância ambiental da região, o que aponta para uma lacuna relevante em

termos de política pública ambiental (Gráfico 25).

O estado do Pará, por sua vez, apresenta uma estratégia mais robusta em relação ao tema, com valores muito superiores aos observados nos demais níveis. A despesa per capita iniciou com R\$ 183 em 2019, atingiu um pico de R\$ 278 em 2020 e, após uma queda em 2022 (R\$ 179), chegou a R\$ 287 em 2023. Essa evolução demonstra maior prioridade estadual no tema, com investi-

mentos significativos voltados à proteção de ecossistemas aquáticos, que são fundamentais para o equilíbrio ambiental e a segurança hídrica no território paraense (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Novo Progresso, o percentual de área coberta por floresta em relação à área total apresentou uma leve, porém contínua, redução entre 2019 e 2023. Em 2019, a cobertura florestal era de aproximadamente 73,9%, caindo para 70,8% em 2023. Essa tendência indica um processo gradual de perda de vegetação nativa, que pode estar relacionado a pressões do agronegócio, garimpo ou expansão urbana. A persistência dessa trajetória descendente acende um alerta sobre a necessidade de medidas mais efetivas de proteção ambiental no território (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi semelhante, embora com patamares mais elevados. A área de floresta representava 83,2%

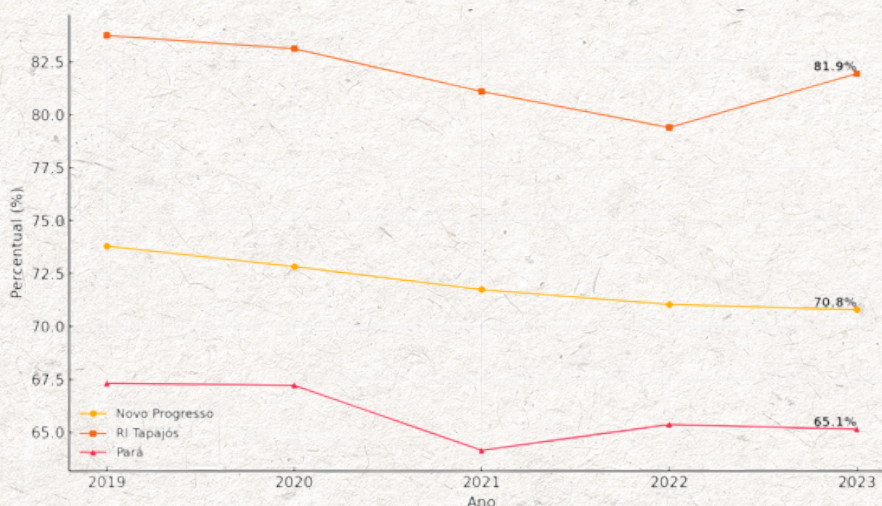
da área total em 2019 e, apesar de pequenas flutuações, encerrou 2023 com 81,9%, indicando uma relativa estabilidade com tendência de leve recuperação após um mínimo em 2022. Isso sugere que, embora a região enfrente desafios de conservação, há sinais de contenção parcial do desmatamento nos últimos



anos, o que pode estar ligado a ações de fiscalização ou projetos de uso sustentável da terra (Gráfico 26).

O estado do Pará, por sua vez, apresenta um padrão mais estável, com o percentual de cobertura florestal oscilando em torno de 65%. O valor permaneceu praticamente inalterado entre 2019 (67,1%) e 2023 (65,1%), com pequena queda em 2021. Isso revela que, embora o estado enfrente uma pressão contínua sobre suas florestas, a variação tem sido moderada, o que pode estar associado à compensação entre desmatamento em certas áreas e regeneração ou conservação em outras, fruto de políticas ambientais em escala estadual ou federal (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Novo Progresso, o percentual da área desmatada cresceu continuamente entre 2019 e 2023, passando de 17% para 20%. Essa evolução reflete um processo persistente de conversão da vegetação nativa para outras finalidades, como agricultura, pecuária ou atividades extrativistas. O ritmo de aumento, embora aparentemente moderado, é preocupante por representar uma perda cumulativa de cobertura vegetal em um município inserido em área de grande relevância ambiental na Amazônia (Gráfico 27).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do indicador foi mais volátil. A área desmatada cresceu de forma consistente até 2022, atingindo 15,9%, mas teve uma queda significativa em 2023,

caindo para 12%.

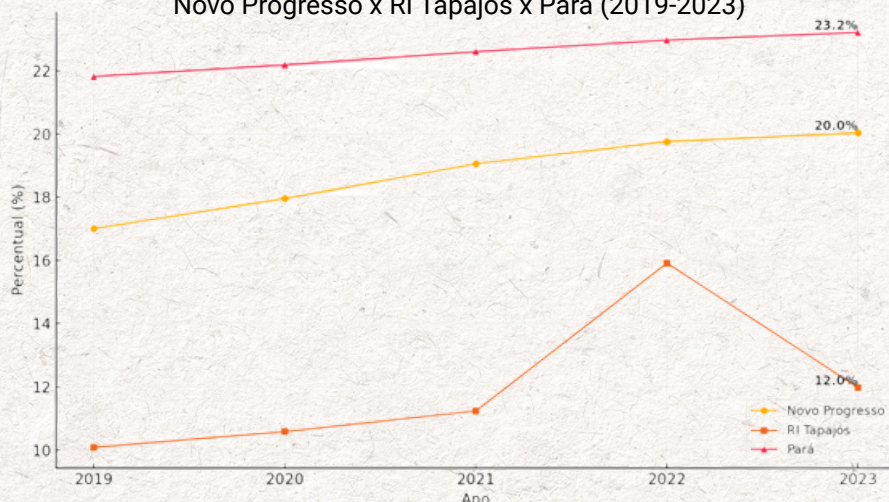
Essa oscilação pode estar relacionada à intensificação pontual do desmatamento em anos anteriores, seguida de uma possível repressão governamental, mudanças regulatórias, ou até mesmo fatores climáticos que influenciaram a atividade produtiva na região. Apesar da queda, os níveis ainda são elevados e indicam pressão sobre os ecossistemas locais (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual da área desmatada aumentou de forma contínua, partindo de 21,8% em 2019 e chegando a 23,2% em 2023. A tendência linear de crescimento demonstra a dificuldade estrutural em conter o avanço do desmatamento em escala estadual, mesmo diante de esforços de fiscalização.

A elevação progressiva pode refletir falhas na governança ambiental, insuficiência de políticas de incentivo à conservação ou crescimento de atividades ilegais, como o garimpo e o desmatamento para pastagem (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

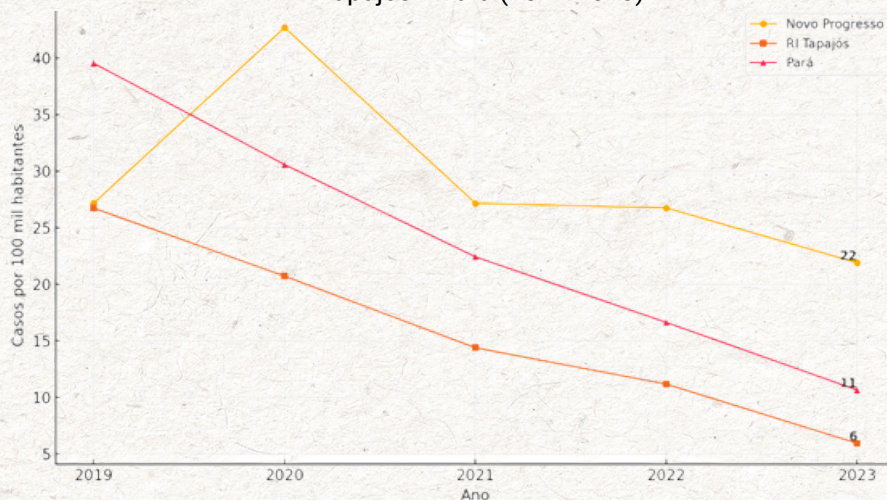
No município de Novo Progresso, o indicador de trabalho infantil apresentou uma trajetória marcada por forte oscilação. Em 2019, o número de casos por 100 mil habitantes era de 27, com um pico em 2020, quando chegou a 43. A partir de então, houve queda progressiva, chegando a 22 casos em 2023. Esse comportamento indica que, apesar de um agravamento inicial — possivelmente associado à crise socioeconômica da pandemia —, houve esforços subsequentes de contenção e redução do problema, com destaque para a melhora significativa nos dois últimos anos (Gráfico 28).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador teve uma redução contínua e consistente ao longo de todo o período. Em 2019, eram 27 casos por 100 mil habitantes, valor que foi caindo ano a ano, até atingir apenas 6 em 2023. Esse desempenho revela avanços expressivos no enfrentamento ao trabalho infantil na região, possivelmente vinculados a políticas públicas de proteção social, fortalecimento da rede escolar e ações interinstitucionais voltadas à erradicação do trabalho precoce (Gráfico 28).

O estado do Pará também apresentou uma trajetória decrescente no indicador, pas-

sando de 39 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023. Essa queda progressiva e significativa demonstra uma tendência positiva em nível estadual, sugerindo que programas de inclusão, transferência de renda, fiscalização trabalhista e campanhas de conscientização vêm surtindo efeito ao longo dos anos. Ainda assim, os números alertam para a permanência de um contingente relevante de crianças e adolescentes expostos a condições de trabalho inadequadas (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

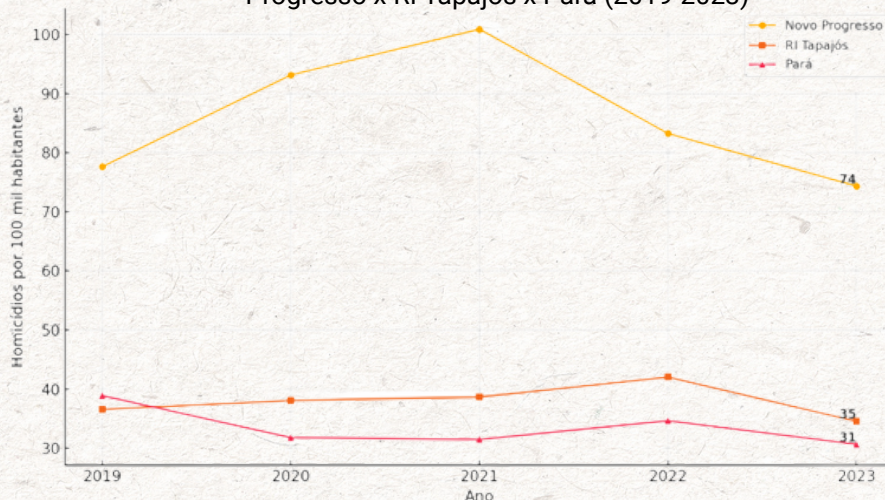
O município de Novo Progresso apresentou taxas de homicídios bastante elevadas e voláteis durante o período analisado. Em 2019, o índice já era alto, com 78 homicídios por 100 mil habitantes, crescendo até atingir 101 em 2021. A partir desse pico, houve uma redução gradual, fechando 2023 com 74 homicídios por 100 mil. Apesar da queda recente, o patamar permanece crítico, refletindo problemas estruturais relacionados à segurança pública, conflitos territoriais, criminalidade e presença de atividades ilegais na região (Gráfico 29).

Na Região de Integração Tapajós, os números se mantiveram em uma faixa mais estável e significativamente inferior à do município, oscilando entre 36 e 42 homicídios por 100 mil habitantes ao longo do período. Essa estabilidade, mesmo em níveis ainda preocupantes, sugere maior controle institucional da violência letal em escala regional, ainda que persistam desafios, especialmente em áreas mais remotas ou de vulnerabilidade social elevada (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa de homicídios apresentou uma leve tendência de queda. Em

2019, o índice era de 39 homicídios por 100 mil habitantes, chegando a 31 em 2023, após oscilações moderadas ao longo dos anos. Esse comportamento indica uma trajetória positiva, provavelmente decorrente de investimentos em segurança pública, inteligência policial e políticas de prevenção à violência. No entanto, a magnitude ainda revela que o Pará permanece acima da média nacional ideal para segurança, exigindo continuidade e aprofundamento das ações de enfrentamento à violência (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 74 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Novo Progresso apresentou uma oscilação no gasto público municipal como percentual do PIB. O indicador iniciou em 16,3% em 2018, passando por uma queda nos dois anos seguintes, chegando ao menor valor em 2020 (12,9%). A partir de então, observou-se um crescimento consistente, encerrando 2022 com 18,2% do PIB municipal comprometido com gastos públicos. Esse movimento pode refletir inicialmente uma retração fiscal ou aumento do PIB sem crescimento proporcional da despesa, seguida de uma retomada dos investimentos públicos em resposta a demandas locais, especialmente no contex-

to pós-pandêmico (Gráfico 30).

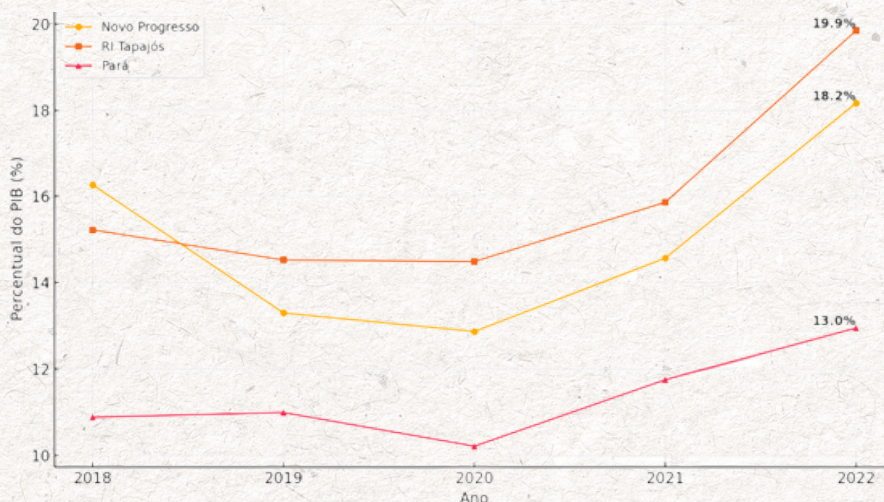
Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do indicador foi semelhante, com relativa estabilidade entre 2018 e 2020 – variando entre 15,2% e 14,4% – e aumento mais expressivo a partir de 2021, alcançando 19,9% em 2022. Esse crescimento pode sinalizar maior esforço dos municípios da região em ampliar sua capacidade de gasto, com possível direcionamento de recursos para áreas como saúde, assistência social e infraestrutura, ou ainda influência de repasses extraordinários que elevaram o peso do gasto público frente à atividade econômica regional (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, o indi-

cador manteve-se em níveis mais baixos ao longo de todo o período, embora também com tendência de alta nos anos finais. O gasto público como percentual do PIB era de 10,9% em 2018, chegou ao ponto mais baixo em 2020 (10,2%) e subiu para 13% em 2022. Esse padrão revela uma gestão fiscal mais contida em termos relativos à economia estadual, que pode ter sido influenciada tanto por um crescimento do próprio PIB quanto por estratégias de contenção de despesas. Ainda assim, o aumento recente pode indicar reações à crise sanitária e expansão do papel do estado em políticas públicas (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Novo Progresso apresentou forte oscilação na taxa de acesso à banda larga fixa. O indicador partiu de 3 pontos por 100 habitantes em 2019 e chegou a um pico abrupto em 2021, com 22 pontos, provavelmente impulsionado por ações pontuais de expansão de infraestrutura digital ou aumento de contratos durante a pandemia. Contudo, essa alta não se sustentou, e houve uma queda significativa nos anos seguintes, encerrando 2023 com apenas 7 pontos por 100 habitantes. Essa retração pode indicar descontinuidade de serviços, falta de manutenção ou migração para outras formas de conectividade, como

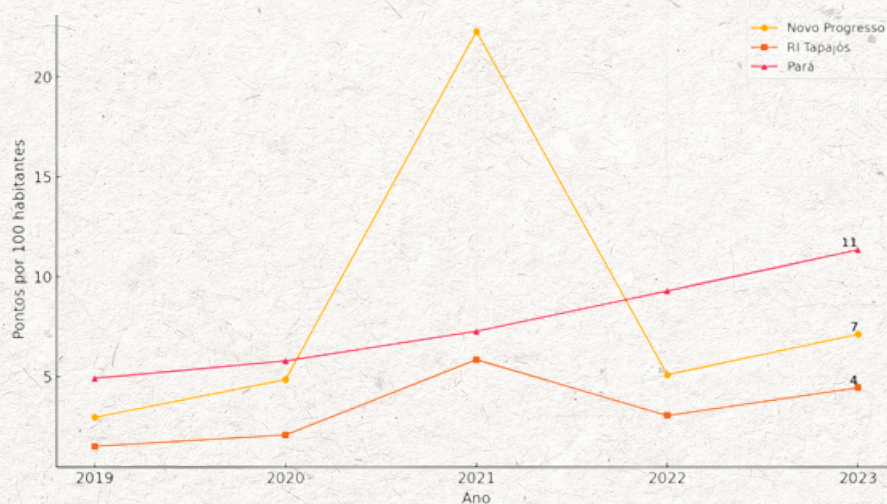
banda larga móvel (Gráfico 31).

Na Região de Integração Tapajós, a evolução do acesso foi mais moderada e linear. O indicador partiu de 1,4 pontos em 2019, teve uma elevação gradual até 2021, chegando a 5,9, mas caiu para 2,9 em 2022 e fechou 2023 com 4 pontos por 100 habitantes. Essa trajetória revela limitações estruturais no acesso à banda larga na região, com avanços pontuais não consolidados ao longo do tempo, refletindo os desafios enfrentados em áreas mais remotas para garantir conectividade estável e contínua (Gráfico 31).

No estado do Pará, a taxa de acesso à banda larga fixa mos-

trou crescimento constante e sustentado ao longo do período. O indicador cresceu de 4,8 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11 em 2023, sem recuos ao longo dos anos. Esse avanço progressivo evidencia uma ampliação da infraestrutura de telecomunicações em escala estadual, sugerindo políticas mais robustas e investimentos mais consistentes na inclusão digital. O contraste com os níveis municipal e regional reforça as disparidades territoriais de acesso à internet no estado (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 8,69 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

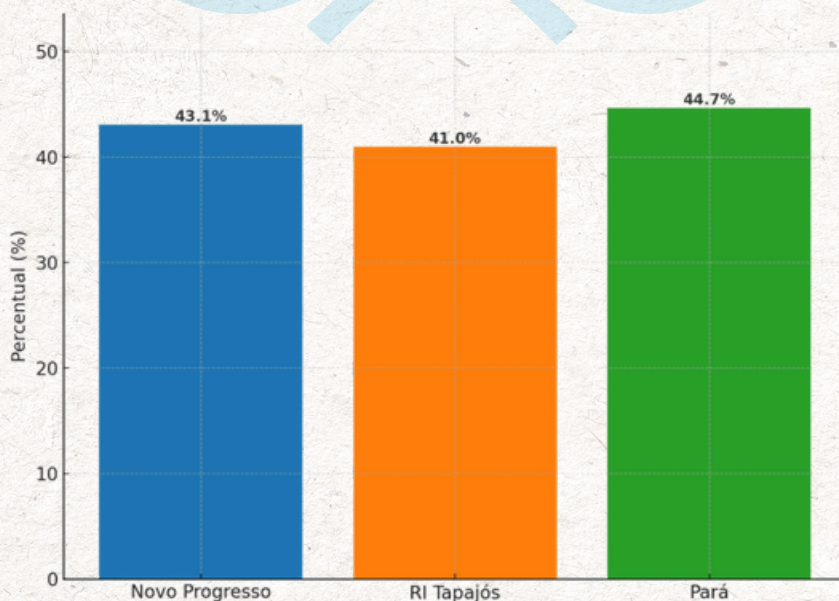
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Novo Progresso** registrou um IDS de **43,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Novo Progresso x RI Tapajós x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



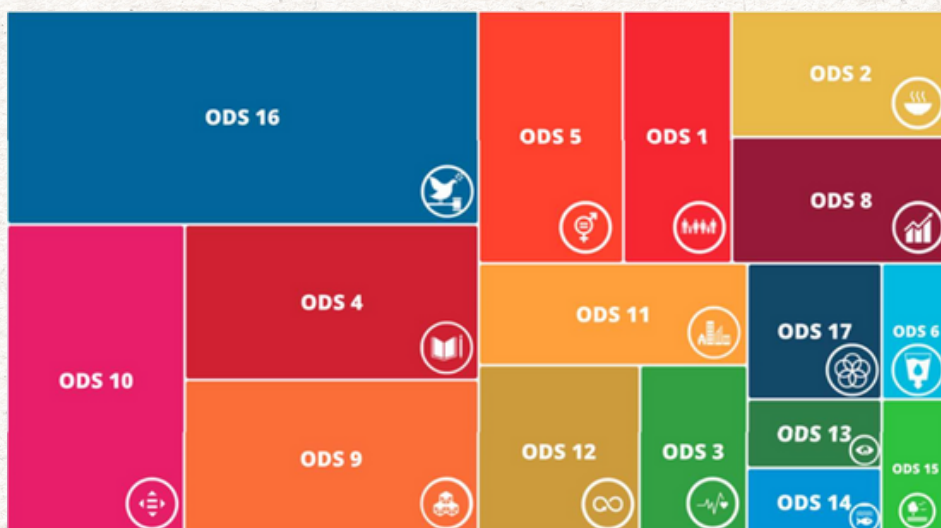
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Novo Progresso na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

